



Demonstrações Contábeis 2015

Março 2016

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.....	10

Comitê Organizador dos Jogos
Olímpicos Rio 2016

Demonstrações Contábeis acompanhadas
do Relatório dos Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9150
www.grantthornton.com.br

Aos:
Administradores do
Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada, com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 tem até o ano de 2023 como prazo final de encerramento das suas atividades, como consequência, na avaliação e registro de seus ativos e passivos, a referida descontinuidade das operações está sendo refletida adequadamente nas demonstrações contábeis da Entidade, para que no encerramento das suas operações, previstas no Estatuto, todos e quaisquer ajustes decorrentes desse encerramento estejam adequadamente contabilizados e sendo refletidos nas referidas demonstrações contábeis, de forma que a Entidade realize seus ativos e efetue a liquidação de seus passivos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, com período de término de suas operações. Nossa opinião não está ressaltada em decorrência deste assunto.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2016.



Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO			
	Notas	2015	2014
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	229.711	195.779
Aplicações financeiras	3	232.991	29.838
Contas a receber	4	874.159	16.044
Adiantamentos	5	718.455	1.648
Despesas antecipadas	-	1.114	369
Outras contas a receber	-	372	213
Total do ativo circulante		2.056.802	243.891
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	3	267.323	38.368
Contas a receber	4	-	502,686
Adiantamentos	5	96.485	30.134
Depósitos Judiciais Trabalhistas		8	-
		363.816	571.188
Imobilizado	6	194.678	23.634
Intangível	7	33.794	28.924
		228.472	52.558
Total do ativo não circulante		592.288	623.746
Total do ativo		2.649.090	867.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2015	2014
Passivo circulante			
Fornecedores	8	62.917	7.195
Contas a pagar	9	61.283	6.265
Direitos de marketing	10	13.266	81.257
Impostos e taxas a recolher	11	7.133	4.033
Contribuições sociais a recolher	11	4.956	2.027
Provisões trabalhistas	12	96.015	14.819
Adiantamento	13	2.318.741	180.689
Total do passivo circulante		2.564.310	296.285
Passivo não circulante			
Contas a pagar	9	-	4.261
Direitos de marketing	10	-	5.451
Provisões trabalhistas	12	-	26.179
Adiantamentos	13	-	468.051
Total do passivo não circulante		-	503.942
Patrimônio líquido			
Fundo patrimonial	-	10	10
Superávit/(déficit) acumulado	-	84.770	67.400
		84.780	67.410
Total do passivo e patrimônio líquido		2.649.090	867.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Demonstração do superávit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita de atividades operacionais	15	975.915	670.716
Despesas operacionais			
Direitos de marketing	15	(162.306)	(111.993)
Baixa de direito de marketing COB	15	146.369	-
Despesas com pessoal	16	(307.794)	(171.055)
Provisão para dissolução trabalhista	12	(30.046)	(4.818)
Despesas gerais e administrativas	17	(508.972)	(235.284)
Despesas com propaganda e publicidade	18	(42.416)	(24.632)
Despesas com eventos	19	(168.354)	(11.490)
Impostos e taxas	-	(247)	(58)
Despesas com depreciação e amortização	6 e 7	(33.056)	(13.157)
Superávit antes do resultado financeiro		(130.907)	98.229
Resultado financeiro líquido	20	148.277	21.049
Superávit do exercício		17.370	119.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(valores expressos em reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit (Déficit) acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	10	(51.880)	(51.870)
Superávit do exercício	-	119.280	119.280
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10	67.400	67.410
Superávit do exercício	-	17.370	17.370
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>10</u>	<u>84.770</u>	<u>84.780</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	17.370	119.280
Depreciações e amortizações	33.056	13.157
Provisões trabalhistas	55.017	20.665
Perda na baixa de bens imobilizados	256	16
Variação cambial não realizada	(99.612)	(12.972)
Operações que não afetam caixa	(533.527)	(209.445)
	(527.440)	(69.299)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	178.872	13.624
Adiantamentos	(775.712)	(27.183)
Despesa antecipada	(744)	598
Outros ativos	(167)	66
Impostos e taxas a recolher	3.100	696
Contribuições sociais a recolher	2.929	171
Fornecedores	51.723	(10.543)
Direitos de marketing	(32.813)	(9.974)
Adiantamento de patrocinadores	1.724.761	446.700
Contas a pagar	50.757	(4.213)
	1.202.706	409.942
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	675.266	340.643
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimento no imobilizado e ativo intangível	(209.226)	(20.584)
	(209.226)	(20.584)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aplicações financeiras	(432.108)	(61.848)
Pagamento de empréstimos	-	(69.296)
Pagamento de juros	-	(3.386)
	(432.108)	(134.530)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	33.932	185.259
Demonstração da variação líquida		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	195.779	10.520
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	229.711	195.779
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	33.932	185.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (denominado Entidade ou Rio 2016) foi constituído em 8 de abril de 2010, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Ulisses Guimarães, nº 2.016 - Cidade Nova.

A Entidade atua como uma sociedade civil de direito privado, com natureza desportiva, educacional, cultural e artística, sem fins lucrativos, e tem como atividade preponderante a promoção, organização e realização (incluindo, mas não limitado a, prestação de serviços de acomodações e venda de ingressos, entre outros), na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, no Distrito Federal, bem como nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Manaus, nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Amazonas, respectivamente, os Jogos Olímpicos, no período compreendido entre os dias 5 e 21 de agosto de 2016, e na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, os Jogos Paralímpicos, no período compreendido entre os dias 7 e 18 de setembro de 2016, cumprindo o disposto nos instrumentos contratuais denominados Host City Contract e Joint Marketing Programme Agreement, referidos no Artigo 1º, e na Carta Olímpica, respeitadas, também, quando aplicáveis, as disposições regimentais e normativas do Comitê Olímpico Internacional (COI), do Comitê Paralímpico Internacional (IPC), da World Antidoping Agency (WADA), do Comitê Olímpico do Brasil (COB) e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

As pessoas jurídicas que integram a Entidade como associados são, além do Comitê Olímpico do Brasil (COB) e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), as Confederações Brasileiras Dirigentes dos Esportes Olímpicos, desde que suas respectivas modalidades estejam incluídas no programa dos Jogos Olímpicos de 2016 e filiadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), e estejam, também, filiadas às respectivas Federações Internacionais, e desde que as ditas Entidades nacionais manifestem expressa intenção de associação.

Em 23 de janeiro de 2014, a Entidade divulgou ao público a primeira revisão do orçamento dos Jogos após a candidatura, na qual ressaltou um orçamento equilibrado, apenas com recursos privados.

A variação em relação ao orçamento original deve-se a:

- impacto de correção pelo IPCA no período
- inclusão de quatro novos esportes (golfe, rugby, paracanoagem e paratriatlo)
- novas tecnologias
- segurança nos Jogos
- crescimento médio salarial acima da inflação
- gastos com usufruto e *retrofit* da Vila Olímpica

Até a data da aprovação dessas demonstrações contábeis não houve nova revisão orçamentária.

Os órgãos deliberativos da Entidade são os seguintes:

- Assembleia Geral
- Diretoria Estatutária
- Conselho Executivo
- Conselho Fiscal
- Conselho de Honra

O Conselho Executivo da Entidade, formado nos exatos termos do que dispõe a cláusula 2ª do contrato denominado Host City Contract, referido no Artigo 1º, é integrado pelo presidente da Entidade; pelos membros brasileiros, de qualquer categoria, integrantes do Comitê Olímpico Internacional, atualmente o Dr. Carlos Arthur Nuzman e o Dr. João Havelange; pelo Secretário-Geral do COB ou pelo seu representante indicado em substituição pelo Conselho Executivo do COB, como previsto no § 3º, Artigo 28; por um representante do CPB indicado por seu presidente; por um atleta Olímpico indicado pelo Conselho Executivo do COB; por um representante do município do Rio de Janeiro, indicado pelo Sr. Prefeito do município do Rio de Janeiro; por um representante do estado do Rio de Janeiro, indicado pelo Sr. Governador do estado do Rio de Janeiro, e por um representante do Ministério do Esporte, indicado pelo Sr. Ministro do Esporte, todos com mandato único, pelo prazo de duração da Entidade, previsto no Artigo 2º.

Entre as tarefas pertinentes à Entidade, a fim de atingir seu objetivo final, destacam-se as seguintes:

- promover, organizar e realizar, em qualquer cidade do território brasileiro, eventos esportivos com a participação de atletas brasileiros e/ou estrangeiros, ou outros de qualquer natureza, inclusive eventos-teste e preparatórios para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016;
- promover, organizar e realizar, em qualquer cidade do território brasileiro no período que anteceder aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, eventos de qualquer natureza, desportivos ou não, cujos direitos serão comercializados de forma independente, respeitados os direitos de terceiros, contratados com o COI e/ou com a Entidade, incluído, mas não limitado a, o revezamento da Tocha Olímpica, programa cultural, eventos-teste e preparatórios, relacionados aos mesmos Jogos;

- c) relacionar-se com os órgãos da administração pública federal, estadual e/ou municipal, sociedades de economia mista, entidades públicas e/ou autarquias, entidades privadas e pessoas físicas;
- d) contratar, com as pessoas referidas na letra c) acima e/ou com quaisquer outras, a realização de obras, a prestação de serviços e a aquisição de bens de toda natureza, móveis e imóveis, bem como o repasse de recursos mediante celebração dos respectivos convênios e contratos;
- e) licenciar, dentro do território brasileiro, a utilização das marcas de sua titularidade, registradas nos organismos nacionais competentes, e/ou marcas cuja titularidade lhe for cedida e/ou quaisquer outros direitos dos quais seja, por qualquer forma, titular, de modo a gerar receitas.

As operações da Entidade diretamente ligadas aos Jogos têm previsão de encerramento até 31 de dezembro de 2016, sendo que, de acordo com o estatuto social, a mesma tem como prazo final de duração a data de 31 de dezembro de 2023, sendo que este prazo poderá ser antecipado mediante proposta do presidente da Entidade, a qual será submetida ao exame e à deliberação da Assembleia Geral.

Em 10 de fevereiro de 2015 foi assinado documento entre a Entidade e a Prefeitura do Rio de Janeiro no qual a primeira assumiu da segunda a obrigação original de adquirir bens e serviços de infraestrutura necessários para o funcionamento do Centro Internacional de Radiodifusão (International Broadcast Centre - IBC), tendo como contrapartida a transferência para a Prefeitura de parte dos custos com energia temporária, em igual valor. Cabe ressaltar que a construção da instalação permanece sob a responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Em 7 de julho de 2015, foi aprovada a Lei nº 7.036/15 (Lei Amigo dos Jogos), que concede incentivo fiscal de ICMS a Empresas que investirem em projetos Olímpicos e Paralímpicos até o limite de 4% do valor a recolher de tal tributo pela Empresa, sendo que o financiamento desses projetos não pode ultrapassar 1% do valor arrecadado de ICMS pelo estado do Rio de Janeiro no ano anterior. Os projetos amparados por esta Lei abrangem compra de equipamentos médicos, serviço de transporte, melhoria de infraestrutura e instalações Olímpicas e mão de obra temporária, entre outros.

Em 31 de agosto de 2015, foi promulgada a Lei nº 13.161, revogando o artigo 15 da Lei nº 12.035 de 1º de outubro de 2009, que autorizava a destinação de recursos federais para cobrir eventuais déficits operacionais do Rio 2016. Este fato não afetou a capacidade de solvência da Entidade, haja vista permanecerem em vigor as garantias financeiras outorgadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

As demonstrações contábeis da Entidade foram aprovadas na reunião da diretoria realizada em 17 de fevereiro de 2016.

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 apresentam passivos circulantes superiores aos ativos circulantes no montante de R\$ 507.508, conforme abaixo demonstrado:

	2015
Ativos circulantes	2.056.802
Passivos circulantes	(2.564.310)
Relação de passivos circulantes sobre ativos circulantes	(507.508)

Todavia, esses passivos circulantes representam, em sua maioria, pagamentos que não serão realizados em dinheiro, ou seja, sua liquidação ocorrerá substancialmente em contraprestação de receitas via produtos ou serviços (Value In Kind - VIK) ou são decorrentes do critério dos reconhecimentos das receitas, conforme demonstrado a seguir:

(-) Direitos de marketing a pagar por VIK (i)	1.911
(-) Adiantamentos passivos de curto prazo (ii)	2.318.741
Total de liquidações não financeiras	2.320.652
Outros passivos com liquidação financeira	243.658
Total de passivo circulante	2.564.310

(i) Valores de direitos de marketing a pagar, que serão repassados ao CPB por meio de VIK.

(ii) Esse montante é decorrente de:

- Diferença entre o fluxo financeiro/VIK dos patrocinadores e o reconhecimento contábil da receita. Quando o montante apropriado da receita de modo linear é inferior às parcelas já recebidas dos patrocinadores, esses recursos são registrados contabilmente como adiantamento de patrocinadores;
- Valores recebidos de direito de transmissão, acomodações e ingressos, os quais serão reconhecidos como receita no período dos Jogos.

Considerando o cenário acima, a Entidade acredita que não terá dificuldades de liquidação de seus passivos circulantes em períodos subsequentes.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC n° 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos

pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado em outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

A aplicação financeira apresentada no ativo não circulante contempla: (i) valores recebidos de patrocinadores cuja realização está condicionada à realização de eventos futuros a serem firmados em contrato entre estes e a Entidade; (ii) valores depositados como garantia contratual para liquidação de obrigações operacionais futuras assumidas pela Entidade; (iii) valores depositados como garantia de pagamentos futuros/o valor investido para fins de pagamento, ao final dos Jogos Olímpicos, do bônus de retenção destinado aos funcionários que permanecerem na Entidade até o momento de sua dissolução. Estas aplicações estão avaliadas a valor justo no resultado.

c) Contas a receber

As contas a receber de patrocínio, incluindo aquelas cuja contraprestação recebida pela Entidade vêm na forma de prestação de serviços ou venda de produtos pela contraparte -mais conhecida como Value In Kind (VIK) -, são reconhecidas de acordo com a política de reconhecimento de receita descrita no item k) a seguir.

d) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição líquido de depreciação acumulada. A depreciação é computada pelo método linear, com base no período

operacional da Entidade, até 31 de dezembro de 2016. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção.

e) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzidos da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base no período operacional da Entidade, até 31 de dezembro de 2016.

f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião de consultores jurídicos da Entidade.

g) Provisão para dissolução trabalhista e bônus de retenção

A provisão para dissolução trabalhista é reconhecida pelo montante estimado pela Administração da Entidade para pagamento de valores rescisórios aos seus funcionários, quando da dissolução da mesma. Desta maneira, constituída provisão para cobrir esses gastos até 31 de dezembro de 2015.

A provisão para bônus de retenção destina-se a conceder bônus aos funcionários que permanecerem na Entidade até o momento de sua dissolução e é calculada e reconhecida de acordo com o tempo de vínculo empregatício de cada funcionário. Deste modo, foi constituída uma aplicação financeira para fazer face a esses gastos (vide nota Explicativa nº 3).

As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado de prováveis desembolsos futuros, observadas suas naturezas.

h) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos, fornecedores, direitos de marketing a pagar e contas a pagar.

Estes instrumentos são classificados como instrumentos financeiros básicos, os quais são mensurados pelo método de custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos.

i) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação, e os saldos dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração dos resultados.

j) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Reconhecimento da receita

A receita decorrente da cessão de direitos de uso da marca e de comissão sobre venda de produtos licenciados, observando o momento em que a Entidade transfere ao patrocinador os benefícios inerentes a cada contrato, é reconhecida de modo linear, e desde que possa ser estimada de maneira confiável. A contraprestação desses contratos é realizada na forma de prestação de serviços VIK ou mediante recursos financeiros.

Os montantes da receita, incluindo a atualização monetária, líquidos das parcelas já recebidas, são contabilizados como contas a receber ou como adiantamentos de patrocinadores, caso a apropriação da receita seja inferior à parcela já recebida, seja como recursos financeiros ou VIK. O reconhecimento da despesa relacionada aos serviços prestados pelos patrocinadores de VIK ou outros é apropriado pelo regime de competência por meio da prestação do serviço.

A receita de licenciamento é registrada considerando o mínimo garantido nos contratos ou o valor efetivamente recebido, dos dois o maior.

As receitas com venda de acomodações, ingressos, hospitalidade dos Jogos, venda de catálogo de produtos e serviços (Rate Card) e de direito de televisionamento dos Jogos (Broadcasting Rights) serão reconhecidas pelo regime de competência

durante o período de veiculação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016. Por este motivo, em 31 de dezembro de 2015, os recursos recebidos antecipadamente estão registrados na rubrica de adiantamentos no passivo circulante.

O reconhecimento da receita dos recursos provenientes da Lei nº 7.036/15 ocorrerá quando da operacionalização de cada um dos projetos abrangidos por essa Lei.

l) Obrigações tributárias

A Entidade está isenta do pagamento dos tributos federais, entre eles, o Imposto sobre a Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), COFINS, INSS e PIS patronal, entre outros, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 12.780/13, que instituiu um conjunto de isenções tributárias federais para as pessoas físicas e jurídicas que organizarão e realizarão os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016.

Em relação ao processo de isenção fiscal de competências estadual e municipal, destacam-se a publicação do Convênio ICMS 133, em 5 de dezembro de 2008, permitindo que todos os estados concedam isenção de ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços), e a Lei Municipal 5.230, de 25 de novembro de 2010, do município do Rio de Janeiro, concedendo isenções fiscais de ISS (imposto sobre serviços) aos serviços prestados para Família Olímpica e Paralímpica.

Tal conjunto de isenções tributárias foi elaborado tendo como base as garantias oferecidas pela cidade do Rio de Janeiro e pelo Governo Federal ao COI quando da candidatura da cidade para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016.

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados, quando aplicável, pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos.

Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de “receita” ou “despesas financeiras”, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não foram identificados ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente.

n) Perda por redução ao valor recuperável de ativos

A Entidade analisa anualmente os ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Entidade não

identificou evidências de redução ao valor recuperável dos seus ativos, especialmente as operações na modalidade VIK, imobilizado e intangível.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de premissas e estimativas por parte de Administração da Entidade que impactam os saldos ativos e passivos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, em consequência do tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos.

b) Provisão para dissolução trabalhista

A provisão para dissolução trabalhista é constituída sobre o montante estimado de encargos rescisórios adicionais que a Entidade deverá dispende para fins de desligamento do quadro atual de funcionários quando da dissolução da Entidade. Esta provisão é revista uma vez por ano.

c) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

A Entidade revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou a amortização dos bens do imobilizado e intangível, no final de cada período de relatório. A vida útil estimada é comparada com o prazo de duração da Entidade, sendo utilizado o menor prazo.

d) Provisão para descontinuidade de ativos

A Entidade avalia, ao final de cada exercício, a necessidade de gastos para encerramento de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2015 não foi identificada necessidade de constituição de provisão para descontinuidade para bens integrantes do ativo imobilizado.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	21	22
Equivalentes de caixa avaliados ao valor justo por meio de resultado		
Aplicação em Debêntures (i)	177.010	195.757
Aplicação em CDB (ii)	52.680	-
Total caixa e equivalentes de caixa	229.711	195.779

b) Aplicações financeiras

	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos em conta poupança (v)	58.030	-
Aplicação em CDB (iii)	410.143	52.849
Aplicação em Fundo DI TOP (iv)	32.141	15.357
Total de aplicações financeiras	500.314	68.206
Circulante	232.991	29.838
Não circulante	267.323	38.368
Total de aplicações financeiras	500.314	68.206

- (i) Aplicações financeiras em debêntures (CDB), remuneradas pela taxa média de 100,80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (100% em 31 de dezembro de 2014), sendo a aplicação de liquidez diária e com risco insignificante de mudança de valor.
- (ii) Aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas pela taxa média de 98,62% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, sendo a aplicação de liquidez diária e com risco insignificante de mudança de valor.
- (iii) Aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas pela taxa média de 97,95% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (99,63% em 31 de dezembro de 2014), sendo a aplicação de liquidez diária e com risco insignificante de mudança de valor.

A parcela registrada no ativo circulante refere-se a valores recebidos de patrocinadores cuja realização está condicionada à realização de eventos futuros a serem firmados em contrato entre estes e a Entidade. A parcela registrada no ativo não circulante refere-se a valores depositados como garantia contratual para liquidação de algumas obrigações operacionais futuras assumidas pela Entidade.

- (iv) Aplicação financeira em fundo de investimento FIC FI, com remuneração de 102,53% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (101,78% em 31 de dezembro de 2014). Esta aplicação foi constituída para fazer face ao bônus de retenção.
- (v) Os depósitos em conta poupança são mantidos em contas específicas, por força contratual, para aquisição de produtos e serviços de patrocinadores exclusivos, não podendo ser utilizadas para outros fins.

4. Contas a receber

O saldo das contas a receber da Entidade em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é composto exclusivamente por valores a receber de seus patrocinadores em dinheiro e na modalidade VIK, sendo o montante, quando aplicável, atualizado monetariamente pelo IPCA ou IGPM, nas condições estabelecidas em contrato firmado com o respectivo patrocinador.

Segue composição:

	31/12/2015	31/12/2014
Patrocínio internacional	426.121	236.983
Patrocínio nacional	438.840	274.493
Licenciamento internacional	2.276	2.106
Licenciamento nacional	6.922	5.148
Total de contas a receber	874.159	518.730
Circulante	874.159	16.044
Não circulante	-	502.686
Total de contas a receber	874.159	518.730

A parcela registrada em ativo circulante contempla todas as contas a receber com prazo de liquidação identificável em até 12 meses, sendo as demais contas a receber registradas no ativo não circulante.

Durante os exercícios de 2015 e de 2014, a Administração da Entidade efetuou análises dos valores a receber e identificou, para o exercício de 2015, a necessidade de efetuar baixa de valores a receber de patrocínio no montante de R\$ 38.840 em contrapartida do resultado do exercício, em decorrência de renegociação de contrato com um de seus patrocinadores.

5. Adiantamentos

	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento de acomodações (i)	491.104	-
Adiantamento de fornecedores (ii)	116.917	64
Adiantamento - aluguel de navio-acomodação (iii)	91.624	28.662
Adiantamento - aluguel da Vila dos Atletas (iv)	49.302	-
Adiantamento - retrofit da Vila dos Atletas (v)	46.992	-
Outros adiantamentos	19.001	3.056
Total	814.940	31.782
Circulante	718.455	1.648
Não circulante	96.485	30.134
Total	814.940	31.782

- (i) Refere-se a valores adiantados a hotéis para a utilização de suas acomodações durante o período dos Jogos.
- (ii) Refere-se a adiantamento de serviços diversos, entre os quais podemos destacar gastos com cerimônias dos Jogos (R\$ 54.336) e gastos com energia elétrica excedente (R\$ 30.000).
- (iii) Refere-se a adiantamento de aluguel de navio no montante de US\$ 23.400 (US\$ 12.800 em 31 de dezembro de 2014), com o objetivo de utilizar as suas acomodações durante o período dos Jogos.
- (iv) Refere-se a adiantamento dos gastos de aluguel das acomodações da Vila dos Atletas, que serão utilizadas pelo Rio 2016 no período de março de 2016 a julho de 2017.
- (v) Refere-se a adiantamento de gastos com reforma das acomodações da Vila dos Atletas, que irá ocorrer no período de setembro de 2016 a julho de 2017.

6. Imobilizado

- a) Os detalhes do ativo imobilizado da Entidade estão demonstrados na tabela a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Máquinas e equipamentos	1.152	709
Equipamentos de informática	9.364	6.201
Móveis e utensílios	365	278
Instalações	4.736	9.465
Telefonia	407	152
Aparelhos de gravação	49	1
Construções em andamento (i)	161.411	1.453
Embarcações (ii)	4.616	5.156
Importações em andamento	1.764	-
Benfeitorias em andamento (iii)	9.013	-
Equipamentos esportivos	1.604	-
Adiantamentos a fornecedores	197	219
Total	194.678	23.634

- (i) Em 2015, refere-se principalmente a gastos de infraestrutura do Centro Internacional de Radiodifusão (International Broadcast Centre - IBC); ver Nota Explicativa nº 1 para mais detalhes. Em 2014, refere-se a gastos com instalações temporárias.
- (ii) Referem-se à aquisição de embarcações para garantir a segurança no evento-teste de vela, que continuarão sendo utilizadas em competições aquáticas.
- (iii) Refere-se a obras de benfeitoria nas instalações, principalmente no Centro Principal de Distribuição (Main Distribution Centre - MDC).

b) Movimentações no ativo imobilizado

Custo	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Telefonia	Aparelhos de gravação	Construções em andamento	Embarcações	Importações em andamento	Benfeitorias em andamento	Equipamentos esportivos	Adiantamentos a fornecedores	Total
Em 31 de dezembro de 2013	729	123	5.368	3.493	2	4	718	-	-	-	-	-	10.437
Adições	404	37	2.222	4.717	183	-	6.493	6.230	-	-	-	219	20.505
Baixas	(22)	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24)
Transferências (*)	-	206	5.552	-	-	-	(5.758)	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	1.111	364	13.142	8.210	185	4	1.453	6.230	-	-	-	219	30.918
Adições	1.111	343	-	9.616	417	55	161.411	2.904	1.764	9.013	1.975	-	188.609
Baixas	-	(6)	(1.453)	(10)	-	-	-	-	-	-	-	(23)	(1.492)
Transferências	-	-	1.453	-	-	-	(1.453)	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	2.222	701	13.142	17.816	602	59	161.411	9.134	1.764	9.013	1.975	196	218.035

Depreciação	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Telefonia	Aparelhos de gravação	Construções em andamento	Embarcações	Importações em andamento	Benfeitorias em andamento	Equipamentos esportivos	Adiantamento Imobilizado	Total
Em 31 de dezembro de 2013	(188)	(16)	(1.054)	(188)	(1)	(2)	-	-	-	-	-	-	(1.449)
Adições	(221)	(70)	(2.623)	(1.821)	(32)	(1)	-	(1.074)	-	-	-	-	(5.842)
Baixas	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Em 31 de dezembro de 2014	(402)	(86)	(3.677)	(2.009)	(33)	(3)	-	(1.074)	-	-	-	-	(7.284)
Adições	(668)	(252)	(4.729)	(6.444)	(162)	(7)	-	(3.444)	-	-	(371)	-	(16.077)
Baixas	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Em 31 de dezembro de 2015	(1.079)	(336)	(8.406)	(8.452)	(195)	(10)	-	(4.518)	-	-	(371)	-	(23.358)

Líquido													
Em 31 de dezembro de 2014	709	278	9.465	6.201	152	1	1.453	5.156	-	-	-	219	23.634
Em 31 de dezembro de 2015	1.152	365	4.736	9.364	407	49	161.411	4.616	1.764	9.013	1.604	196	194.678

(*) Transferências em função da conclusão e início da utilização das fases I e II da nova sede da Entidade.

7. Intangível

a) Composição dos saldos

	Líquido	
	31/12/2015	31/12/2014
Com vida útil definida		
Direito de uso de marca - COB (i)	15.000	-
Direito de uso de software (ii)	14.519	20.374
Direito de uso de marca - IPC (iii)	4.275	8.550
Total	33.794	28.924

- (i) Refere-se ao valor de repasse de direitos de marketing ao COB. Em 31 de dezembro de 2015 foi acordado que a forma de repasse não seria mais sobre a receita efetivamente recebida, seja em dinheiro ou na modalidade VIK, mas sim sobre um valor fixo a ser atualizado a cada 12 meses pelo IPCA-IBGE. O valor a pagar referente a este direito é apresentado na Nota Explicativa nº 9.
- (ii) Refere-se, em sua maioria, à aquisição de software de segurança de dados.
- (iii) Refere-se ao valor contratado junto ao IPC para a utilização de marca do mesmo. O valor a pagar referente a este direito é apresentado na Nota Explicativa nº 9.

b) Movimentação dos saldos

Com vida útil definida	Direito de uso de marca - COB	Direito de uso de software	Direito de uso de marca - IPC	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	1.246	12.825	14.071
Adições	-	22.168	-	22.168
Amortização	-	(3.040)	(4.275)	(7.315)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	20.374	8.550	28.924
Adições	15.000	5.637	-	20.637
Amortização	-	(11.492)	(4.275)	(15.767)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	15.000	14.519	4.275	33.794

A Administração utiliza como prazo de vida útil dos bens do ativo intangível a data de 31 de dezembro de 2016, em função do encerramento das atividades operacionais diretamente ligadas aos Jogos.

8. Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Acomodações - Navio	29.312	-
Serviços de infraestrutura	10.711	849
Aluguel e arrendamento	7.846	2.559
Cerimônias	10.131	849

Tecnologia da informação	1.506	734
Vigilância e segurança	-	791
Outras despesas administrativas	3.411	1.413
Total	62.917	7.195

9. Contas a pagar

O saldo de contas a pagar é composto, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Valores a pagar - COB (i)	56.592	-
Valores a pagar - IPC (ii)	4.686	10.518
Outras contas a pagar	5	8
Total	61.283	10.526
Circulante	61.283	6.265
Não circulante	-	4.261
Total	61.283	10.526

- (i) Refere-se ao valor de repasse de direitos de uso da marca do COB, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7. O saldo é atualizado a cada 12 meses pelo IPCA-IBGE. Esse montante será liquidado na forma de pagamento em dinheiro ou na modalidade VIK.
- (ii) Refere-se à aquisição do direito de uso da marca do IPC, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7. O montante original é de US\$ 12.000, sendo que o valor de US\$ 1.200 (R\$ 4.686) foi pago em 31 de dezembro de 2015; o pagamento do montante principal será efetuado em nove parcelas fixas, pagas semestralmente até 2016.

10. Direitos de marketing a pagar

Referem-se aos direitos de marketing apurados sobre receitas reconhecidas de patrocínio e licenciamento, conforme estabelecido nos contratos especificados na Nota Explicativa nº 1, e atualizados monetariamente de acordo com o estabelecido nos respectivos contratos. O saldo é composto da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Direitos de marketing a pagar - COI (i)	-	6.837
Direitos de marketing a pagar - COB (ii)	-	78.742
Direitos de marketing a pagar - CPB (iii)	13.266	1.147
Total	13.266	86.708
Circulante	13.266	81.257
Não circulante	-	5.451
Total	13.266	86.708

- (i) Conforme estabelecido no Marketing Programme Agreement, o direito de marketing sobre as receitas de patrocínio recebidas em dinheiro pela Entidade deve ser repassado ao COI trimestralmente. O direito de marketing sobre a receita na modalidade VIK será repassada em dinheiro, em duas parcelas, durante o exercício de 2016.
- (ii) Conforme explicado na Nota Explicativa nº7, em 31 de dezembro de 2015 foi acordado que a forma de repasse não seria mais sobre a receita efetivamente recebida, seja em dinheiro ou na modalidade VIK, mas sobre um valor fixo a ser atualizado a cada 12 meses pelo IPCA-IBGE.
- (iii) Conforme estabelecido no Paralympic Joint Marketing Programme Agreement, todo direito de marketing sobre as receitas de patrocínio recebidas em dinheiro pela Entidade deve ser repassado ao CPB trimestralmente. O direito de marketing sobre a receita na modalidade VIK será repassada de acordo com a necessidade de utilização de produto ou serviço pelo CPB.

11. Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher

O saldo de impostos, taxas e contribuições sociais a recolher é composto da seguinte maneira:

Impostos e taxas	31/12/2015	31/12/2014
IRRF a recolher	6.635	3.783
PIS/ COFINS/ CSLL e contribuições a recolher	498	250
Total	7.133	4.033

Contribuições sociais	31/12/2015	31/12/2014
INSS a recolher	2.512	447
FGTS s/folha a recolher	2.444	1.580
Total	4.956	2.027

12. Provisões trabalhistas

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão de férias	22.988	14.808
Bônus de retenção (i)	32.141	15.357
Provisão para dissolução trabalhista (ii)	40.869	10.822
Outros	17	11
Total	96.015	40.998
Circulante	96.015	14.819
Não circulante	-	26.179
Total	96.015	40.998

- (i) Constituído em 2013 por decisão da Administração da Entidade, visando à retenção de seus funcionários até a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos (vide Notas Explicativas nº 2.2.g e nº 3.b).

Saldo em 31/12/2013	6.358
Adições de funcionários a base	9.635
Baixas de funcionários da base	(1.549)
Rendimentos financeiros	913
Saldo em 31/12/2014	15.357
Adições de funcionários a base	16.536
Baixas de funcionários da base	(2.218)
Rendimentos financeiros	2.466
Saldo em 31/12/2015	32.141

- (ii) Montante estimado pela Administração da Entidade para liquidação das obrigações trabalhistas decorrentes do término das operações (previsto para 31 de dezembro de 2016 - vide Nota Explicativa nº 2.2g). Segue abaixo movimentação do saldo do bônus de retenção:

13. Adiantamentos

	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento - patrocínio (i)	284.000	279.768
Adiantamento - licenciamento	2.313	362
Adiantamento - direito de transmissão Olímpico (ii)	839.047	365.486
Adiantamento - direito de transmissão Paralímpico (iii)	6.398	3.124
Adiantamento - acomodações (iv)	526.008	-
Adiantamento - ingressos (v)	596.232	-
Adiantamento - Lei 7.036/15 (vi)	40.781	-
Adiantamento - hospitalidade (vii)	23.667	-
Adiantamento - outros	295	-
Total	2.318.741	648.740
Circulante	2.318.741	180.689
Não circulante	-	468.051
Total	2.318.741	648.740

- (i) Refere-se à parcela recebida dos patrocinadores em dinheiro ou VIK, cujo reconhecimento da receita ocorrerá nos períodos subsequentes, conforme descrito no item “k” da Nota Explicativa nº 2.2.
- (ii) Refere-se a adiantamento concedido pelo COI à Entidade a título de direitos que a mesma tem sobre a transmissão dos Jogos Olímpicos (Broadcasting Rights). O reconhecimento da receita sobre esses direitos ocorrerá no início dos referidos Jogos.
- (iii) Refere-se a adiantamento concedido pelas emissoras de televisão à Entidade a título de direitos que a mesma tem sobre a transmissão dos Jogos Paralímpicos

(Broadcasting Rights). O reconhecimento da receita sobre esses direitos ocorrerá no início dos referidos Jogos.

- (iv) Refere-se a adiantamento recebido de entes dos Jogos para a utilização das acomodações adquiridas pela Entidade durante o período dos Jogos.
- (v) Refere-se aos valores recebidos pela venda de ingressos para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. O reconhecimento da receita ocorrerá durante o período dos referidos Jogos.
- (vi) Refere-se a valores concedidos de Empresas que aderiram à Lei 7.036/15, que concede incentivo fiscal de ICMS para projetos Olímpicos e Paralímpicos. O reconhecimento da receita ocorrerá quando da operacionalização de cada um desses projetos.
- (vii) Refere-se a valores recebidos por entes dos Jogos para compra de pacotes de diversos serviços relacionados a viagem e estadia durante os referidos Jogos.

14. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Entidade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados, basicamente, aplicações financeiras e empréstimos.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Entidade elege as instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado.

Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Entidade não possuía nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b) Fatores de risco financeiro

i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Entidade possuía direitos e obrigações contratadas com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e Comitê Paralímpico Internacional (IPC) em moeda estrangeira, conforme segue:

- **Direitos**

31/12/2015 31/12/2014

Contas a receber - patrocínio internacional	Nota Explicativa nº 4	464.961	236.983
Contas a receber - licenciamento internacional	Nota Explicativa nº 4	2.276	2.106
Adiantamentos - acomodações	Nota Explicativa nº 5	491.104	-
Total		958.341	239.089

- **Obrigações**

31/12/2015 31/12/2014

Direitos de marketing a pagar (COI)	Nota Explicativa nº 10	-	6.837
Contas a pagar (IPC)	Nota Explicativa nº 9	4.686	10.518
Adiantamentos - acomodações	Nota Explicativa nº 13	526.008	-
Adiantamento - ingressos	Nota Explicativa nº 13	162.675	-
Total		693.369	17.355

Como demonstrado acima, o Rio 2016 possui mais direitos do que obrigações em moeda estrangeira, o que mitiga o risco de flutuações sobre as variações cambiais.

ii) Risco de liquidez

A Entidade gerencia o risco de liquidez, mantendo adequadas reservas dos recebimentos de patrocínio e licenciamentos, e, simultaneamente, monitora o fluxo de desembolso. Em eventual desencaixe de caixa em consequência da dinâmica da operação, existe disponível uma linha de crédito bancária para captação de empréstimos em montante suficiente para mitigar possíveis riscos com liquidez, e conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 - Contexto Operacional, o Rio 2016 também conta com garantias financeiras outorgadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

A Entidade espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacionais e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

15. Receita e direitos de marketing

a) Composição

As composições de patrocínio e direitos de marketing são as seguintes em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

Receitas	31/12/2015				31/12/2014		
	Receita	Direitos de marketing (i)	Baixa Direitos de marketing COB (ii)	Líquido	Receita	Direitos de marketing (i)	Líquido
Patrocínio	947.872	(154.914)	144.253	937.211	660.089	(109.303)	550.786
Licenciamento	23.961	(7.392)	2.116	18.685	10.408	(2.690)	7.718
Outras receitas	4.082	-	-	4.082	219	-	219
Total	975.915	(162.306)	146.369	959.978	670.716	(111.993)	558.723

(i) Refere-se a direitos de marketing COB, COI e CPB.

(ii) Refere-se à baixa da despesa com direitos de marketing do COB reconhecidas e não pagas até 2015, em função das novas regras constantes no novo contrato firmado entre a Entidade e o COB. O passivo remanescente nessa data foi reduzido em R\$ 146.369, sendo esse saldo revertido contabilmente no resultado, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.

b) Receitas de patrocínio e licenciamento contratadas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Modalidade	31/12/2015		
	Contratado	Reconhecido	A reconhecer (*)
Patrocínio - dinheiro	2.138.287	(1.317.180)	821.107
Patrocínio - Value In Kind (VIK)	1.698.260	(1.066.217)	632.043
Licenciamento - dinheiro	43.950	(36.170)	7.780
Licenciamento - Value In Kind (VIK)	5.998	(2.133)	3.865
Total	3.935.692	(2.421.700)	1.464.795

Modalidade	31/12/2014		
	Contratado	Reconhecido	A reconhecer
Patrocínio - dinheiro	1.562.004	(793.624)	768.380
Patrocínio - Value In Kind (VIK)	1.339.264	(641.901)	697.363
Licenciamento - dinheiro	30.533	(13.798)	16.735
Licenciamento - Value In Kind (VIK)	2.068	(544)	1.524
Total	3.886.495	(1.449.867)	1.484.002

(*) Estes valores serão integralmente reconhecidos durante 2016.

16. Despesas com pessoal

A composição das despesas com pessoal em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Salários e ordenados	196.358	110.824
13º salário	17.853	10.314
Férias (provisão)	25.456	14.366
Bônus de retenção (i)	16.784	8.999
FGTS	19.042	9.990
Vale-refeição	16.141	6.905
Assistência médica	6.195	3.055
Outros	9.966	6.632
Total	307.794	171.055

(i) Vide Nota Explicativa nº 12

17. Despesas gerais e administrativas

A composição das despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Serviços prestados (i)	267.794	85.753
Sistemas de informação (ii)	150.080	93.591
Despesas com viagens e representações	24.571	24.611
Honorários advocatícios	8.078	9.696
Aluguéis e condomínios (iii)	36.077	5.773
Outras despesas administrativas	22.372	15.860
Total	508.972	235.284

- (i) Refere-se à contratação pela Entidade de serviços nos mercados nacional e internacional; os principais serviços são: serviços de consultoria de integração de infraestrutura e banco de dados, serviço de proteção da marca Olímpica, serviços de assessorias em diversas áreas da organização, prestados por meio da modalidade VIK, e serviço de consultoria em tecnologia dos Jogos.
- (ii) Refere-se à contratação, pela Entidade, de serviços diretamente ligados à Tecnologia da Informação, entre os quais podemos destacar os serviços de planejamento e desenvolvimento da TI para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, serviço de telecomunicações e serviço de infraestrutura de TI da sede.
- (iii) Refere-se basicamente ao aluguel do espaço (incluindo mobiliário) da sede.

18. Despesas com propaganda e publicidade

Em 2015 e 2014, referem-se principalmente a despesas referentes a campanhas de veiculação, na mídia, de propagandas dos eventos-teste, Programa de Voluntários e as mascotes Olímpica e Paralímpica, entre outras.

19. Despesas com eventos

A composição das despesas com eventos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Serviços prestados (i)	48.378	11.490
Despesas com instalações temporárias (ii)	79.287	-
Aluguel de mobiliário e equipamento não esportivo (FF&E) (iii)	34.675	-
Outros gastos com eventos	6.014	-
	168.354	11.490

(i) Refere-se a serviços prestados com a organização do evento de Revezamento da Tocha (Torch Relay) e da cerimônia de abertura e gastos relacionados à prestação de serviços com os eventos-teste.

(ii) Refere-se a despesas incorridas com mobilização e desmobilização das instalações temporárias para os eventos-teste ocorridos em 2015.

(iii) Refere-se a despesas incorridas com aluguel de mobiliário para os eventos-teste e para a Vila dos Atletas.

20. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Entidade em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é demonstrada como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicação financeira	80.977	21.308
Variação cambial	188.246	45.092
Outras receitas financeiras	289	299
	269.512	66.699
Despesas financeiras		
Juros e despesas bancárias	(190)	(1.278)
Variação cambial passiva	(93.284)	(35.489)
Impostos s/ aplicação e empréstimos	(22.223)	(4.739)
Comissão sobre serviços financeiros	(5.637)	(4.138)
Outras despesas financeiras	(1)	(6)
	(121.235)	(45.650)
Resultado financeiro líquido	148.277	21.049

21. Saldos e transações com partes relacionadas

21.1 Transações com partes relacionadas

	31 de dezembro de 2015				31 de dezembro de 2014		
	Despesas	Recuperação de despesa	Valores a receber	Valores a pagar	Despesas	Valores a receber	Valores a pagar
Comitê Olímpico Internacional (COI)	45.852	-	1.402	8.139	28.972	-	6.837
Comitê Olímpico Brasileiro (COB)	107.486	146.369	-	59.363	77.040	-	78.724
Comitê Paralímpico Internacional (IPC)	-	-	1.293	5.348	-	-	10.518
Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)	11.910	-	1.119	13.266	7.245	1.077	1.147

Abaixo listamos a natureza das transações com partes relacionadas:

Comitê Olímpico Internacional

		31/12/2015	31/12/2014
Despesa - direitos de marketing	Nota Explicativa nº 15	44.852	27.708
Despesa - juros e variação cambial sobre empréstimos	Nota Explicativa nº 20	-	1.264
Valores a receber - crédito de direitos de marketing	Nota Explicativa nº 5	1.402	-
Adiantamento de acomodações	Nota Explicativa nº 13	8.139	-

Comitê Olímpico Brasileiro

		31/12/2015	31/12/2014
Despesa - direitos de marketing	Nota Explicativa nº15	107.486	77.040
Recuperação de despesa - baixa de direitos de marketing	Nota Explicativa nº15	146.369	-
Valores a pagar - contas a pagar	Nota Explicativa nº 9	56.592	-
Valores a pagar - direitos de marketing	Nota Explicativa nº10	-	78.724
Adiantamento de ingressos	Nota Explicativa nº13	924	-
Adiantamento de acomodações	Nota Explicativa nº13	1.847	-

Comitê Paralímpico Internacional

		31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos	Nota Explicativa nº 5	1.293	-
Valores a pagar - contas a pagar	Nota Explicativa nº 9	4.686	10.518
Adiantamento de acomodações	Nota Explicativa nº 13	662	-

Comitê Paralímpico Brasileiro

		31/12/2015	31/12/2014
Despesa - direitos de marketing	Nota Explicativa nº15	11.910	7.245
Adiantamentos	Nota Explicativa nº5	1.119	1.077
Valores a pagar - direitos de marketing	Nota Explicativa nº10	13.266	1.147

21.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Entidade não remunera os seus conselheiros e os integrantes de sua diretoria estatutária. Somente os integrantes da diretoria executiva são remunerados. Essa remuneração está abrangida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Até 31 de dezembro de 2015, a Entidade pagou a essa diretoria, a título de salários, o montante de R\$ 8.375 (R\$ 7.357 em 2014).

22. Cobertura de seguros (informação não auditada)

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2015, é assim demonstrada:

	Valor segurado	Prêmio de seguro
Categorias		
Risco operacional das instalações	168.485	76
Responsabilidade Civil Geral	25.000	54
D&O	20.000	205
Riscos diversos de equipamentos	13.000	393
Responsabilidade Civil de Eventos	25.000	79
Transporte	500.000	165
Barcos	8.310	6
Seguro Saúde + Repatriação (voluntários)	R\$ 3,00/dia por pessoa	300
Seguro Saúde + Repatriação (clientes MED)	US\$ 3,00/dia por pessoa	365

23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e aspectos cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adota como prática provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável.

Não havia contingências classificadas com risco provável de perda nas datas-bases de 31 de dezembro de 2015 e de 2014. Em 31 de dezembro de 2015, a Entidade possui uma ação trabalhista classificada como perda possível pelos seus assessores jurídicos no montante estimado de R\$ 2.152.

24. Compromissos assumidos

A Entidade possui diversos compromissos firmados com diferentes órgãos relacionados à organização e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, regidos pelos seguintes principais contratos:

- a) Acordo de Cidade-Sede (Host City Contract), documento assinado pela Cidade do Rio de Janeiro quando de sua eleição como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Esse acordo especifica, em detalhes, os direitos e as obrigações de todas as partes envolvidas na organização dos dois eventos, estabelecendo as bases para a parceria que fundamenta o trabalho do Comitê Organizador da Entidade com o Comitê Olímpico Internacional, o Comitê Paralímpico Internacional e seus parceiros;
- b) Marketing Programme Agreement e o Joint Marketing Programme Agreement, documento em que ambos estabelecem as diferentes fontes de receita provenientes do evento e a participação dos Comitês Olímpicos e Paralímpicos nacionais e internacionais a título de comissão por utilização de suas respectivas marcas.

A Entidade firmou contratos de longo prazo até 31 de dezembro de 2017. Os desembolsos estimados e relevantes referentes a esses contratos podem ser resumidos como segue:

	2016	2017	Total
Cerimônias dos Jogos (i)	13.520	-	13.520
Aluguel da sede (ii)	25.048	2.404	27.452
Aluguel de navio-hotel (iii)	101.674	-	101.674
Aluguel de mobiliário (FF&E) (iv)	26.795	-	26.795
Sistema de resultados (v)	572.881	-	572.881
Serviços de logística (vi)	106.311	36.497	142.808
Monitoramento das obras de Engenharia e Infraestrutura (vii)	14.369	-	14.369
Usufruto da vila dos atletas (viii)	-	267.323	267.323
Total	860.598	306.224	1.166.822

- (i) Contempla cláusula de atualização monetária com base na variação do IPCA.
- (ii) Contempla cláusula de atualização monetária com base na variação do IGPM, bem como acréscimo em função do m² a ser ocupado.
- (iii) Contrato firmado no montante original de US\$ 39.000.
- (iv) Contrato firmado no montante original de US\$ 17.963, dos quais US\$ 16.166 são pagos em dinheiro e US\$ 1.797 são pagos na modalidade VIK.
- (v) Contrato firmado no montante original de CHF 134.353, dos quais CHF 33.782 são pagos em dinheiro e CHF 100.571 são pagos na modalidade VIK.
- (vi) Contempla cláusula de atualização monetária com base na variação do IGPM.
- (vii) Contempla cláusula de atualização monetária com base na variação do INCC, IGPM e IPCA.
- (viii) Em 29 de abril de 2014, a Entidade, a Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, a Ilha Pura Empreendimento Imobiliário e a Caixa Econômica Federal

firmaram Escritura Pública de Instituição de Usufruto Gratuito de Bens Imóveis. Este instrumento disciplina a destinação do empreendimento imobiliário Ilha Pura para servir como a Vila dos Atletas. O usufruto terá início em 1 de março de 2016 e encerrar-se-á em 18 de julho de 2017. Durante o período referido, competirá à Entidade, a título desse usufruto, pagar o valor dos encargos financeiros da dívida sobre os imóveis em garantia do financiamento obtido pela Ilha Pura perante a Caixa Econômica Federal. Este valor está contemplado no orçamento da Entidade e sua liquidação financeira ocorrerá exclusivamente com os recursos financeiros oriundos dos atuais patrocinadores.

Adicionalmente, conforme informado na Nota Explicativa nº 15.b, a Entidade possui contratado, e ainda não utilizado, o montante de R\$ 698.887 de patrocínio VIK, que pode ser reconhecido até 31 de dezembro de 2016.

Para poder cumprir com os seus compromissos, a Entidade contrata, além dos seus patrocinadores locais, patrocinadores internacionais (Top Sponsors), estes com vínculo contratual direto com o Comitê Olímpico Internacional e que provêm recursos às cidades-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Cabe ressaltar que, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 - Contexto Operacional, o Rio 2016 também conta com garantias financeiras outorgadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

25. Transações não envolvendo caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Entidade realizou as seguintes atividades operacionais e de investimentos não envolvendo caixa (todas VIK):

	31/12/2015	31/12/2014
Atividades Operacionais		
Receitas	599.688	327.665
Direitos de marketing	(56.496)	(54.476)
Despesas operacionais (i)	(275.835)	(63.742)
Atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	(21.819)

(i) Valor referente principalmente a consultorias, campanhas de veiculação de mídia, assistência médica e telefonia, entre outras.

03.2016

A reprodução, sob qualquer forma, deste documento é terminantemente proibida, salvo mediante a prévia e expressa (por escrito) autorização do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Eventuais autorizações para reprodução deverão ser solicitadas, por via eletrônica, para o endereço protecaoasmarcas@rio2016.com

Comitê Organizador dos
Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

rio2016.com